



1 **ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO NDE DO CURSO DE BACHARELADO EM**
2 **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.** No dia seis de novembro de dois mil e vinte, às nove horas,
3 ocorreu a nona reunião ordinária do NDE do curso de bacharelado em Administração Pública.
4 Ponto de Pauta: Discussão a respeito das alterações necessárias no PPC após considerações da
5 DAP. Membros presentes: Adriana Aparecida da Conceição Santos Sá, Edimilson Eduardo da
6 Silva, Naldeir dos Santos Vieira, Grazielle Isabelle Cristina Silva Sucupira e Carlos Alberto
7 Mirez Tarrillo. A professora Adriana iniciou a reunião afirmando ter enviado por e-mail a todos
8 os participantes do NDE, o documento: “Alguns apontamentos complementares à análise
9 realizada pela DAP/Reitoria” junto a um texto elaborado por ela, referentes a alguns itens do
10 PPC, a fim de ser discutido e moldado na reunião no intuito de corresponder as expectativas da
11 DAP e de todas as instâncias necessárias. Adriana afirmou que na última reunião do NDE,
12 Luciane do Divino Pereira Barroso, técnica em assuntos educacionais na DAP/ Diamantina,
13 alegou que o curso de Administração Pública precisa apresentar a identidade do curso no PPC,
14 expondo as principais potencialidades e fragilidades do curso. Adriana informou que faria a
15 leitura do texto que é referente ao item 15 do PPC, que trata sobre “Acompanhamento e
16 Avaliação do PPC”, pra que todo NDE pudesse discutir e realizar as alterações jugadas
17 necessárias para finalmente ser acrescentado ao PPC. Afirmou ainda que consultou alguns
18 PPCs de Administração Pública de outras universidades federais, além do PPC do curso de
19 Farmácia, para entender como eles elencaram a questão das fragilidades do curso. A professora
20 Adriana afirmou ter explanado no texto que a elaboração do PPC teve a participação dos
21 discentes, já que foi registrada uma ação cujo nome é “Diálogos com a Coordenação”, onde a
22 finalidade é realizar reuniões da coordenação junto aos discentes, onde os mesmos têm a
23 oportunidade de dar sugestões de melhorias para o curso e alterações no PPC. Afirmou ainda
24 que os relatórios referentes a essa ação serão anexados no PPC, a fim de explicar quais foram
25 os temas debatidos em cada uma delas. A professora Grazielle afirmou que não é necessário
26 que esse tema seja tão explicitado no PPC, não sendo preciso anexar relatórios. Desta forma, os
27 relatórios assim como as atas do NDE devem ficar disponíveis na coordenação a fim de
28 comprovar que realmente ocorreram os debates. A professora Adriana concordou com a
29 professora Grazielle, portanto o parágrafo que explanava o assunto e que foi redigido pela
30 professora Adriana foi alterado de forma que passou a conter menos informações, ficando da
31 seguinte forma: “(...) A participação dos discentes ocorreu por meio de reunião online dentro
32 da ação em curso: Diálogos com a Coordenação”. A professora Grazielle sugeriu que no
33 parágrafo seguinte que aborda quantos anos de atuação o curso de Administração Pública
34 possui, fosse reformulado. Portanto a informação que dizia que o curso de ADM Pública
35 possuía 10 anos, foi alterada para: “(...) quase 10 anos de existência possibilitando dinamizar a
36 formação do egresso do curso através do diálogo entre as diferentes áreas do saber que
37 integram o Campo de Públicas”. Após algum tempo de discussão os professores reformularam
38 o parágrafo seguinte do item 15 do PPC, ficando da seguinte forma: “O objetivo de todo esse
39 processo é promover uma sólida formação para o exercício profissional do egresso como
40 administrador público, atento às transformações sociais e capaz de agir sobre estas
41 transformações, buscando a promoção do interesse público e da justiça social”. Os professores
42 passaram a discutir sobre os próximos parágrafos do item 15, que tratam a respeito das

43 fragilidades do curso de ADM Pública, ficando definido da seguinte forma: “O curso de
44 Administração pública está inserido na estrutura da Diretoria de Educação a Distância – Dead,
45 vinculada à reitoria assim como os demais cursos de graduação e pós-graduação na modalidade
46 à distância da UFVJM. Como essa modalidade de ensino na Universidade ainda não foi
47 institucionalizada, não conta com a mesma estruturação das unidades acadêmicas ofertados na
48 modalidade presencial, ficando sem representatividade nos conselhos superiores que definem a
49 política institucional”. “O curso de Administração Pública funciona no Campus Mucuri na
50 cidade de Teófilo Otoni e conta com duas professoras efetivas, Os demais docentes do curso
51 são selecionados como bolsistas através de editais com normas estabelecidos pela universidade
52 atendendo às especificações de seleção da Capes, tal fato acaba gerando rotatividade de
53 docentes vinculados ao curso. Ressalta-se também que o curso não conta em seu quadro com
54 nenhum técnico administrativo efetivo, sendo o apoio ao mesmo realizado por servidor
55 terceirizado”. “O financiamento do curso de Administração pública decorre principalmente de
56 recursos oriundos da Capes para sua oferta e continuidade. Em função disso decorre uma
57 lacuna na entrada regular de alunos atrapalhando a gestão nas atividades de planejamento de
58 suas ações pedagógicas e administrativas”. “O atraso nos repasses de recursos da Capes para a
59 universidade e os constantes cortes de recursos, ocasionam a interrupção de atividades
60 essenciais para o bom desempenho do curso como a realização dos encontros presenciais e
61 visitas da coordenação aos polos para abertura de campo de estágio e acompanhamento de
62 alunos que se encontram nesta etapa prática do curso”. “Outro fator que tem forte impacto no
63 curso é a forma de ingresso dos discentes. Em função de não haver constância na oferta de
64 vagas pela Capes, dificulta-se a realização de processo seletivo adequado às características do
65 perfil de ingressantes no curso, sendo por vezes necessário optar por outras formas de ingresso
66 não voltados especificamente ao perfil dos alunos interessados no formato EAD, bem como no
67 curso de graduação em Administração Pública, gerando assim elevado índice de evasão”.
68 “Necessidade de ampliação de programas e projetos de extensão vinculados ao curso e da
69 inserção da extensão na matriz curricular do curso de acordo com o demandado pela legislação
70 pertinente e com as necessidades do curso de Administração Pública, de forma que tal extensão
71 produza resultados efetivos junto à comunidade do entorno dos polos de apoio presenciais,
72 considerando sempre as características específicas da modalidade a distância”. Após a
73 definição dos parágrafos listados acima, a professora Adriana sugeriu ao colegiado que eles
74 avançassem para o item “As estratégias desenvolvidas pelo curso para enfrentar os desafios
75 impostos”, e posteriormente voltassem nas fragilidades do curso, para definirem outras
76 questões. Os professores presentes acataram a sugestão da professora Adriana. Sendo assim, o
77 colegiado passou a discutir sobre o item sugerido. A professora Adriana afirmou que uma das
78 estratégias seria a institucionalização da DEAD, para que o curso pudesse ter ofertas regulares.
79 A professora Adriana iniciou a leitura: “Critérios para seleção de professores evidenciando o
80 perfil com trabalhos e/ou experiências na modalidade da educação a distância”. “Envolvimento
81 do corpo docente e discentes em trabalhos de extensão e pesquisa”. Parcerias com órgãos e
82 instituições públicas para realização de eventos relacionados as linhas de pesquisa do curso.
83 Criação de projetos com a finalidade de promover a troca de saberes e expertise utilizando as
84 TICs”. Todas estas sugestões foram elencadas no intuito de serem discutidas de forma
85 criteriosa na próxima reunião. A reunião foi encerrada às onze horas e cinquenta e sete
86 minutos. Sem mais a tratar, lavrou-se a presente ata que após lida e aprovada será assinada pela
87 presidente do NDE. Adline Gonçalves Lima Secretária do Curso de Administração Pública.